

A Direita não aceita a eleição da Dilma

30/10/2014



JEFERSON MIOLA

A direita não aceita o resultado das urnas. A eleição acabou, a agenda do retrocesso foi derrotada, mas a oposição rancorosa e inconformada promete continuar a escalada de violência que, como explicitam os tucanos, não é somente contra Dilma e o PT, mas contra o povo pobre.

No momento que deveria ser de celebração da democracia e de respeito à soberania popular, a oposição anuncia o enfrentamento permanente, a guerra sem trégua: *“Não tem por que diminuir a intensidade da oposição. Ela [Dilma] não tem direito à lua de mel que todo governante recém-eleito tem quando tem novo mandato. ... Ela não terá trégua da nossa parte”* [Senador Aloysio Nunes Ferreira, candidato a vice do Aécio].

Com teses preconceituosas, o PSDB tenta deslegitimar a vitória da Dilma. FHC considera os eleitores dela ignorantes e desinformados. Alberto Goldman, vice-presidente do PSDB, diagnostica: *“Nas cidades em que mais de 50% da população [sic] recebe o Bolsa Família, ela [Dilma] ganhou disparado. Não foi um voto livre. É como se botassem uma pistola na cabeça do sujeito”*.

O ódio é borrifado no ar. As pregações cheias de preconceito são propagadas na internet e no espaço público por fundamentalistas conservadores: *“Por que devemos nos submeter a esse governo escolhido pelo norte e nordeste? Eles que paguem o preço sozinhos”* – *“Chegou a hora de São Paulo se separar do resto desse [sic] país”* [deputado Coronel Talhada – PSDB/SP].

O capital especulativo, conhecido como “mercado” – a razão de ser dos governos conservadores – também se recusa a aceitar o resultado das urnas e promove terrorismo econômico contra a economia nacional: alterna baixas e altas da Bolsa de Valores e do dólar, pressiona os juros e ameaça o rebaixamento da nota de crédito do país. O mercado quer um sócia ideológico do Armínio Fraga no Ministério da Fazenda da Dilma!

Na reestrela do Congresso no primeiro dia de sessão depois da eleição, setores parlamentares unidos por sentimentos mesquinhos de despeito, raiva e vingança, anotam a disposição beligerante. Atacam o plebiscito e a Assembleia Constituinte para a discussão da reforma política, e farão de tudo para perpetuar esse sistema que é fonte de corrupção, desvios e de um modelo de representação distorcido pelo poder econômico.

A “casa do povo” paradoxalmente tem medo do povo, exorciza tudo o que cheira a povo. Além de combater a proposta de plebiscito, a Câmara dos Deputados violou a independência entre os Poderes e revogou o Decreto 8243 do Executivo, que instituiu o sistema de participação social no governo federal.

As justificativas apontadas no Decreto Legislativo PDC nº 1491 [para a revogação do Decreto 8243] retratam a visão medieval e patrimonialista desses setores. Consideram “*aberrante*” a participação da sociedade, uma “*insanidade*” que “*corrói as entranhas [sic] do regime representativo, um dos pilares do Estado democrático de Direito*”.

Por que tanto medo da participação cidadã? Por que impedir a transparência e a gestão democrática do Estado, se a participação da sociedade no controle da gestão é um importante antídoto contra malfeitos? Quando há transparência e controle cidadão, verbas públicas não são desviadas para construir aeroportos em terrenos de parentes.

A reeleição da Dilma se deu num contexto de acirramento das tensões e de forte conflitividade. O povo brasileiro teve a oportunidade de discutir os temas fundamentais para a construção do futuro do país num processo politizado, e fez a opção consciente pelo programa da Dilma. A eleição legitimou as agendas para a continuidade das mudanças que modernizam o Brasil, e o povo decidiu conceder mais um mandato para a Presidenta Dilma concretizá-las.

É incompreensível, por isso, o ambiente de confrontação e desestabilização criado pela oposição. Alguns segmentos reacionários da oposição atuam com a mesma truculência da oposição venezuelana, para criar uma histeria artificial do “*perigo bolivariano*”, para na realidade retroalimentar a dinâmica do confronto.

A confrontação violenta e permanente contra o governo é uma escolha no mínimo estranha, para não dizer perigosa. Esse caminho pode desencadear uma espiral imponderável de enfrentamento e violência.

A soberania popular deve ser respeitada. Não será com intransigência autoritária e com tentativas de inviabilizar o mandato da Presidenta Dilma que se mudará o resultado das urnas do dia 26 de outubro. A eleição acabou!

A oposição tem uma responsabilidade histórica e grave nas suas mãos.

Artigo publicado originalmente em [Carta Maior](#).

Compartilhe nas redes: